

2022



AUTONOMIA RELACIONAL E INTERDEPENDÊNCIA: FATORES ASSOCIADOS À PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Camyla Antonioli, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, camyantonoli@gmail.com

Resumo.

O objetivo deste estudo foi identificar potenciais pontos de discussão sobre as interdependências e autonomia relacional a partir do estado do conhecimento sobre fatores associados à permanência do estudante com deficiência no ensino superior. O método é de caráter exploratório e de natureza qualitativa. Foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura envolvendo a Revista Brasileira de Educação Especial e a Revista Educação Especial. A consulta nos bancos de dados dos periódicos aconteceu em junho de 2022. Foram utilizadas as palavras de busca “ensino superior” e “permanência”, sendo gerados 57 resultados. Após aplicação de critérios de exclusão e da leitura dos resumos, 16 estudos foram selecionados para compor a amostra. Em comum, os artigos selecionados abordam sobre a inclusão em nível superior, apresentam como participantes estudantes universitários com deficiência e abordam sobre a permanência na universidade. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software ATLAS.ti. versão 22. O Modelo social da deficiência foi tomado como perspectiva teórica para construção e aplicação de códigos e agrupamentos, bem como para a interpretação dos dados. No total 307 citações foram geradas, 22 códigos foram aplicados e quatro agrupamentos foram formados, sendo um deles chamado ‘barreiras à permanência’, que foi o mais recorrente.

Palavras-chave: Universitário com Deficiência, Autonomia Relacional, Interdependências, Permanência.

1. Introdução

Com vistas a captar possíveis tendências e fornecer subsídios para uma discussão centrada em uma perspectiva de interdependências produzidas no contexto universitário, o presente estudo parte de duas questões fundamentais, que são: na literatura nacional o que é apresentado sobre a permanência do estudante com deficiência no ensino superior? Em que medida fatores associados à permanência trazem um debate sobre autonomia relacional e as interdependências? O objetivo deste estudo é identificar potenciais pontos de discussão sobre as interdependências e a autonomia relacional a partir do estado do conhecimento sobre fatores associados à permanência do estudante com deficiência no ensino superior.

Para Kittay (2021) a autonomia relacional é como alternativa a um conceito de autonomia que se refere ao indivíduo compreendido como aquele que se basta e quem nos tornamos como indivíduos sempre foi influenciado pelas relações das quais fazemos parte – somos constituídos por aqueles com quem tivemos e temos uma relação. Em adição, a mesma autora descreve que as interdependências

2022



estão presentes nas nossas relações e destaca que uma vez focando nas interdependências pensaremos sobre como podemos gerenciar nossas dependências e sobre quais são as interdependências fundamentais para que sejamos quem somos.

2. Metodologia

Alinhado ao debate das interdependências e da autonomia relacional, no presente estudo de carácter exploratório e de natureza qualitativa, foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura em dois periódicos nacionais que são referência na produção científica no campo de pesquisa da educação especial e áreas afins, que são: a) a Revista Brasileira de Educação Especial, fundada em 1993, possui fluxo contínuo e é mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e é indexada na Scientific Electronic Library Online (SciELO); b) a Revista Educação Especial, vinculada à Universidade Federal de Santa Maria, é uma revista de fluxo contínuo e seu banco de dados pode ser consultado diretamente no site da revista. Ainda sobre este periódico, importante trazer que de 1986 à 2016 eram veiculadas edições impressas dos volumes e atualmente apenas a versão eletrônica está disponível. Ambos periódicos possuem a qualificação A2 na Plataforma Sucupira na área de avaliação de Educação.

A consulta nos bancos de dados dos periódicos aconteceu em junho de 2022. Operou-se com uma palavra de busca: “ensino superior” na Revista Brasileira de Educação Especial e 30 resultados foram gerados. Na Revista Educação Especial a busca aconteceu com as palavras-chave “ensino superior” e “permanência” e 27 resultados foram gerados. Os filtros de exclusão empregados foram: a) se tratar de revisão de literatura; b) estudo de análise documental de carácter descritivo; c) estudos sobre o currículo de graduação d) artigos que não contaram com a participação de universitários com deficiência. Os artigos selecionados atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) abordar a inclusão em nível superior; b) ter como participante do estudo estudante universitário com deficiência; c) abordar sobre a permanência na universidade. Após a leitura dos resumos 16 estudos foram selecionados para compor a amostra. A técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) foi utilizada na análise dos dados com o auxílio do software ATLAS.ti. versão 22.

Neste estudo, o Modelo Social da deficiência foi tomado como perspectiva teórica para análise e interpretação dos dados e a partir desta literatura foram previamente criados oito códigos, sendo três códigos referente ao grupo nomeado ‘condições para autonomia relacional’ e cinco códigos agrupados em ‘condições para interdependência’. Outros 14 códigos foram criados a partir da amostra selecionada e foram distribuídos nos grupos de códigos chamados ‘barreiras à permanência’ e ‘condições para prosperar’. No trabalho de análise 307 citações foram geradas. Códigos aplicados ao grupo ‘barreiras à permanência’ foram mais recorrentes, com 50 citações associadas.

3. Resultados

Com relação às barreiras à permanência, preconceitos e constrangimentos foram os fatores mais citados na literatura, sendo relacionados a invisibilização dos alunos com deficiência, falas discriminatórias por parte de professores e colegas, e exclusão de atividades acadêmicas. Silva (2020) relata um caso onde em resultado as vivências discriminatórias ocorridas em sala de aula uma aluna com deficiência sentiu-se constrangida em buscar apoio institucional para melhorar as condições da

2022



formação universitária, pois se o fizesse teria que explicar a situação particular enfrentada no curso. Para Bonfim, Mól e Pinheiro (2021) o capacitismo é algo ainda a ser enfrentado no contexto do ensino superior, mais que isso, em todos os espaços sociais. Atitudes preconceituosas não devem ser toleradas. Estudos da amostra debatem que ações de sensibilização e maior diálogo sobre a diversidade humana se mostram profícuos momentos de enfrentamento de preconceitos (Mendes & Bastos, 2016; Silva & Pimentel, 2022).

Silva (2020) toca no assunto urgente do capacitismo no contexto do ensino superior, narrando sucessíveis vivências de casos de discriminação. Nas narrativas foram apresentadas situações como a de um semestre letivo foi finalizado com desconhecimento por partes dos professores sobre a deficiência de um estudante; situações onde professores e colegas se surpreenderam com a presença de uma pessoa com deficiência na turma – surpresa que impactou no isolamento e medo do estudante comunicar-se com os demais. Além disso, ainda no estudo de Silva (2020) foram apresentados situações particulares de discriminação vividos por estudantes com deficiência, que constrangidos não buscaram apoio institucional ou realizam denúncias na ouvidoria, sendo assim, não conseguiram mudar e melhorar as condições na formação universitária. O enfrentamento ao ocultamento, à discriminações e aos preconceitos se mostram pungentes nas problematizações sobre as interdependências e a permanência acadêmica de estudantes com deficiência no ensino superior, sendo um importante tema de debate para os futuros estudos.

Os fatores que também se constituem como barreiras à permanência são a falta de pessoas e profissionais para dar apoio/suporte, falta de recursos e equipamentos/acessibilidade nos espaços e aulas não acessíveis (no sentido de currículo e prática pedagógica). Exemplo disso, é apresentado no estudo de Pansanato, Rodrigues e Silva (2016) quando discutem sobre as ações de preparação e orientação aos professores para que proporcionem maneiras diferenciadas de acesso ao material utilizado nas disciplinas, podendo ser adequando o material existente e/ou disponibilizando material alternativo. Este exemplo contempla o pensar sobre o engajamento e inclusão dos alunos nas aulas, afinal discute sobre a acessibilidade e a quebra de barreiras que impactam na participação. Ainda sobre a participação, suportes para comunicação foram citados na literatura, entre estes suportes estão o tradutor intérprete de Língua de Sinais (Castro & Almeida, 2014; Paiva & Melo, 2021; Ribeiro, Miranda & Filho, 2019) e ferramentas de comunicação ampliada (Bock, Gesser & Nuernberg, 2019).

Sobre as condições para autonomia relacional os fatores ‘apoio e orientação na execução de ações’ tiveram destaque, relacionados a estes estão os trabalhos desenvolvidos por núcleos de apoio ao estudante e de acessibilidade. Pansanato, Rodrigues e Silva (2016) apresentam que a implantação de tutorias – após prévio diálogo com o aluno com deficiência e identificando a necessidade deste serviço – impactam positivamente no processo de formação. Corroborando com a discussão fomentada por Silva e Moreira (2022) de que mesmo estudantes com um mesmo quadro de deficiência, podem apresentar necessidades distintas de apoio, logo, é fundamental que uma conversa inicial aconteça e que os suportes oferecidos contemplem a individualidade de cada pessoa.

Como discutido por Bock, Gesser e Nuernberg (2019) o uso de tecnologias como recursos de aprendizagem apresentou-se como relevante na discussão sobre os modos individuais como cada pessoa experiencia o processo de formação no cenário do ensino superior. De acordo com as suas características, o aluno utilizará recursos, equipamentos e softwares, alguns exemplos são: teclados virtuais; leitores de tela; acionadores de mouse; ferramentas de audiodescrição; aplicativos de varredura de tela; ampliação da fonte e tela, entre outros. As discussões envolvendo as tecnologias

2022



foram abarcadas a temas como o das tecnologias assistivas, como apresentado por Bonfim, Mól e Pinheiro (2021) quando debateram sobre as adaptações de materiais das disciplinas como parte fundamental da experiência de aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. As diretrizes do Desenho Universal para aprendizagem (DUA) não ficaram distantes das discussões envolvendo as tecnologias, um exemplo disso é o estudo voltado à educação à distância desenvolvido por Bock, Gesser e Nuernberg (2019), que aprofundam o debate sobre a justiça e equidade de condições para participação e como o DUA adentra princípios da ética do cuidado.

A falta de unidade e compartilhamento de saberes entre os segmentos da universidade no que tange a inclusão é uma demanda citada na literatura. Silva e Moreira (2022) citam o papel de divulgação das coordenações de curso e dos professores para que os alunos tenham conhecimento da existência do núcleo de acessibilidade nas universidades. Rocha e Miranda (2009) somam ao debate a questão da aquisição de recursos de acessibilidade, que em virtude da burocracia financeira impacta na demora na aquisição dos mesmos. Diante disso, a conversa prévia com estudantes com deficiência para conhecer e tomar providências o quanto antes possível, são medidas que podem contribuir na permanência e sequência acadêmica desses estudantes.

Somam-se as discussões envolvendo a autonomia relacional e as interdependências, estudos como o de Rosa, Folmer, Viçosa e Salgueiro (2020) quando apresentam o trabalho desempenhado por um programa de tutoria e que reverberou positivamente na permanência universitária. Outros fatores que se destacaram foram o apoio do professor e colegas de turma, sendo estes associados ao apoio à tomada de decisão e à execução de ações. Como apresentam Rosa, Folmer, Viçosa e Salgueiro (2020) a inclusão não é apenas o acesso a um recurso especializado, mas o direito de pertencer a um espaço social (2020, p.12), de modo a participar, engajar-se e relacionar-se com as demais pessoas. Sendo assim, ter acesso a serviços tutoria e monitoria (Fernandes & Costa, 2015), suporte através de uso de tecnologias (Anache, Rovetto & Oliveira, 2014; Pereira, 2008), apoio familiar (Mendes & Bastos, 2016) e/ou apoio de professores e colegas (Sousa Silva, Rossato & Carvalho, 2018) são formas importantes de inclusão no ensino superior. No entanto, no ainda há muito que se avançar para que a interdependências e consequentemente a autonomia relacional se faça presente e seja respeitada, pois são reais os impactos no engajamento do aluno com deficiência nas atividades no meio acadêmico (Bock, Gesser & Nuernberg, 2019).

4. Considerações finais

Argumentou-se neste estudo sobre potenciais pontos de discussão sobre as interdependências e a autonomia relacional a partir do estado do conhecimento sobre fatores associados à permanência do estudante com deficiência no ensino superior. Segundo Bock, Gesser e Nuernberg (2019) as interdependência abalam/rompem com o mito do sujeito plenamente autônomo. Justiça e equidade de condições para participação podem ser proporcionadas com serviços de apoio e suporte, sejam eles humanos ou tecnológicos. Sumariamente, na literatura estão abarcados as discussões assuntos como o da sensibilização e do respeito à diversidade, os serviços de apoio e ajustes práticos em sala de aula, o acesso a recursos/equipamentos acessíveis e as tecnologias educacionais, bem como, os trabalhos dos desenvolvidos por Núcleos de Acessibilidade/Apoio e o fato do aluno com deficiência conhecer e, se achar pertinente, também usufruir de serviços de apoio – todos esses elementos reverberam na permanência e formação no ensino superior. A promoção da inclusão no ensino superior está para além do acesso, envolve dimensões fundamentais como a da qualidade na formação e o processo

2022



intermediário que leva à conquista do diploma de nível superior. Por fim, ainda há muito que se pesquisar e implementar para que as interdependências aconteçam, agora, fato é, são importantes condições para o aluno prosperar.

Referências

- Anache, A. A., Rovetto, S. S. M., & Oliveira, R. A. de. (2014). Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. *Revista Educação Especial*, 27(49), 299–312. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X9037>
- Bardin L.. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.
- Bock, G. L. K., Gesser, M., & Nuernberg, A. H. (2019) O desenho universal para aprendizagem no acolhimento das expectativas de participantes de cursos de educação a distância. *Revista Educação Especial*, 32. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X34504>.
- Bonfim, C. S., Mól G. de S., & Pinheiro, B. C. S. (2021) A (In)Visibilidade de Pessoas com Deficiência Visual nas Ciências Exatas e Naturais: Percepções e Perspectivas. *Rev. bras. educ. espec.* 27. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0220>.
- Castro, S. F. de; & Almeida, M. A. (2014) Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev. bras. educ. espec.* v. 20. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>.
- Fernandes, W. L., & Costa, C. S. L. da. (2015) Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. *Rev. bras. educ. espec.* v. 21. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000100004>.
- Gesser, M., & Fietz, H. (2021) Ética do Cuidado e a experiência da deficiência: uma entrevista com Eva Feder Kittay. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 29 (2). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0220>.
- Mendes, H. da S. F., & Bastos, C. C. B. C. (2016). Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. *Revista Educação Especial*, 1(1), 189–202. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X17215>
- Paiva, G. O. da S. ,& Melo, F. R. L. V. de. (2021) Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Rev. bras. educ. espec.* v. 27. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0154>.
- Pansanato, L. T. E., Rodrigues, L., & Silva, C. E. (2016). Inclusão de estudante cego em curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso. *Revista Educação Especial*, 29(55), 471–486. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X17106>
- Pereira, M. M. (2008). Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas. *Revista Educação Especial*, 21(32), 163–174. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/94>
- Ribeiro, S. S., Miranda, T. G., & Galvão Filho, T. A. (2019). O surdo e a aprendizagem mediada por recursos tecnológicos: uma realidade no Ensino Superior. *Revista Educação Especial*, 32, e107/ 1–19. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X33679>
- Rosa, C. M., Viçosa, C. S. C. L., Folmer, V., & Salgueiro, A. C. F. (2020). Inclusão no Ensino Superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura. *Revista Educação Especial*, 33, e20/ 1–22. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X41129>
- Sousa Silva, D., Rossato, M., & Soares Carvalho, E. N. (2019). A narrativa de universitários cegos acerca de suas experiências acadêmicas. *Revista Educação Especial*, 32, e41/ 1–20. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X32390>
- Silva, J. S. S. da. (2020). A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. *Revista Educação Especial*, 33, e46/ 1–24. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X38311>
- Silva, J., Pimentel, A. (2022) A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. *Rev. bras. educ. espec.* v. 28, Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0012>
- Silva, V. C., & Moreira, L. C. (2022). O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. *Revista Educação Especial*, 35, e16/1–25. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/1984686X68655> (Original work published 30º de março de 2022).

2022



Agradecimentos, pelo financiamento da pesquisa:

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Bolsa FAPERJ nota 10.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)